



CONTRATO FMS 098/2020

"Contrato de Fornecimento que celebram o Fundo Municipal de Saúde de ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO e PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI pelas seguintes cláusulas e condições".

Pelo presente instrumento particular de FORNECIMENTO, que entre si celebram o município de ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito CNPJ nº 01.740.455/0001-06, com sede na PRAÇA CENTRO ADM. DIVALDO W. RINCO N° 001 - ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARTINHO MENDES DA SILVA, brasileiro, Prefeito, portador do RG n°016891 CRA/DF, e inscrito no CPF n° 488.078.771-04, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o n° 07.720.960/0001-75, neste ato representado pela SEC. SAUDE E SANEAMENTO, Sra. MARIA CLEONICE RODRIGUES DE SOUSA, brasileira, Solteira, Secretaria de Saneamento e Saúde, portada do RG nº 4170234 DGPC GO, inscrita no CPF sob o n° 702.766.091-15, e de outro lado PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, inscrito CNPJ sob o nº 29.700.587/0001-23, situada à RUA SAÍRA - MILITAR, PARANÁ-RS, neste ato representada pelo Sr. VINICIUS LOPES SALVI, portador do RG nº 108654511, inscrito no CPF sob o nº 078.204.279-14, daqui por diante designado simplesmente CONTRATADO, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força deste instrumento, o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, com sujeição às disposições do Art. 593 e seguintes do Código Civil e as normas ditadas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores alterações, que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

DO FUNDAMENTO:

O presente contrato é firmado nos termos do Processo Licitatório nº 046/2020, na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020, conforme o disposto na Lei nº 8.666/1993, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

objeto deste CONTRATO envolve a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SÁUDE MUNICIPAL, conforme especificações constantes no ANEXO I, que faz parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2020 constantes do PROCESSO LICITATÓRIO nº 046/2020, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da aquisição prevista neste contrato onerarão da dotação orçamentária apresentada abaixo.

Dotação Orçamentária	Fonte de Recurso	Valor
10.301.0210.2-029. 3.3.90.30.00.00	1.02	R\$ 1.157,96







CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento dos objetos deste CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estimado de R\$ 1.157,96 (Um Mil Cento e Cingüenta e Sete Reais e Noventa e Seis Centavos).

§1º - O pagamento será efetuado em parcelas mediante apresentação da nota fiscal com indicação dos preços cotados de acordo com a proposta.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Os objetos desta CONTRATAÇÃO serão entregues de acordo com o Edital na sede da Prefeitura Municipal, no prazo de 48 horas.

LOCAL: Secretaria Municipal de Saúde de Alto Paraíso de Goiás

ENDEREÇO: Rua São José Operário s/n, Paraisinho CEP 73770000 - ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO.

segunda a sexta feira, no horário das 07h00min às 13h00min horas, correndo por conta e risco da **CONTRATADA** toda e qualquer despesa pertinente.

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO DOS OBJETOS CONTRATUAIS

§ 1º A CONTRATADA obriga-se a trocar, às suas expensas, as mercadorias que vierem danificadas ou fora do prazo de validade, no prazo de 48 horas, contado da notificação a ser expedida por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Fica dispensada a garantia para a execução do contrato, na forma facultada pelo artigo 56, caput, da Lei no 8.666/93.

§ 1º A dispensa da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

CLÁSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar os objetos deste CONTRATO de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

- § 1º. Fica a CONTRATADA responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste CONTRATO, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.
- § 2º. Deve a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

914

VINICIUS LOPES Assinado de forma digital por VINICIUS LOPES SALVI:07820427 SALVI:07820427914 Dados: 2020.12.08 11:15:36 -03'00'

Página 2 de 5





CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a empenhar, para o cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar as notas fiscais emitidas, nos termos da Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos termos do disposto no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante a formalização do correspondente Termo Aditivo.

Parágrafo único - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

Independentemente das responsabilidades civil e / ou criminal, ficará impedido de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO e demais órgãos e entidades da Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor, a CONTRATADA que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, publicada no DOU. de 18 / 7/ 2002, sem prejuízo de sujeição às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993.

- §1º. A recusa injustificada de celebrar o contrato e/ou retirar a nota de empenho, por parte da CONTRATADA, ensejará a aplicação da penalidade enunciada nos artigo 7º da Lei nº 10.520/02, sendo que a multa corresponderá a.2% (dois) por cento do valor contratual.
- 2º. O retardamento injustificado da execução do objeto do contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, conforme legislação em vigor.
- §3°. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos.
- §4º. Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis. incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação do INPC, ou índice que venha substituí-lo.
- §5º. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outras.

§6º. Da aplicação de qualquer penalidade caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação do ato, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso eficácia suspensiva.





- §7º. A mora na execução, além de sujeitar a CONTRATADA à multa, autoriza a Administração a declarar rescindido o contrato e punir a faltosa com a suspensão do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNIIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO e demais órgãos e entidades da Administração Pública, na forma capitulada no art. 7º da Lei nº 10.520/02, facultado, em quaisquer das hipóteses, o direito à defesa prévia e ao contraditório.
- §8º. A formalização da sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02, , será levada a efeito nos termos do artigo 2º, facultado, também para a aplicação de qualquer outra penalidade, o direito à defesa prévia e ao contraditório.
- §9º. Após o julgamento dos recursos contra a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO e demais órgãos e entidades da Administração Pública, ou transcorrido o prazo sem sua interposição, as penalidades aplicadas deverão ser divulgadas, em sistema eletrônico de registro de sanções.
- 10°. Sem prejuízo da aplicação, à CONTRATADA, das sanções cabíveis, a Administração ecorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá transferir ou subcontratar os objetos deste CONTRATO, no todo ou em parte, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo consentimento, por inadimplência das partes ou pelos casos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei n.º 8.666/1993.

Subcláusula 1ª - No caso de rescisão administrativa, art. 79 da Lei nº 8.666/1993, as medidas para efetivação do ato poderão ser adotadas em qualquer fase da execução do contrato, uma vez que constatadas as situações autorizadoras desta modalidade de rescisão.

Subcláusula 2ª - Rescindido administrativamente o contrato, não restará obrigação alguma à administração pública, cabendo, no entanto, o direito as multas contratuais e legais, bem como, aos direitos contidos no art. 80 da Lei nº 8.666/1993.

Subcláusula 3ª - A rescisão amigável se dará por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

Subcláusula 4ª - Fica estipulada multa rescisória de 2% (dois por cento), sobre o valor total deste instrumento contratual, à parte que der motivo para rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA VIGÊNCIA

O prazo de duração do presente instrumento tem inicio no ato da assinatura do contrato até 04/12/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TOLERÂNCIA

Caso uma das partes contratantes, em benefício da outra, tolere, ainda que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer CLÁUSULA deste CONTRATO e/ou dos Assinado de forma





documentos que o integram, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas CLÁUSULAS, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Publicação do presente instrumento se dará na imprensa oficial até o quinto (5°) dia do mês subsegüente ao da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro desta Comarca do MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO, para eventual discussão em torno do que ficou pactuado neste contrato, desistindo-se de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos combinados e contratados, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO, 04/12/2020.

Prefeito Municipal

RODRIGUES DE

Secretária de Saúde e Saneamento

VINICIUS LOPES

SALVI:07820427914

SALVI:07820427914 Dados: 2020.12.08 11:16:20 -03'00'

Assinado de forma digital por

VINICIUS LOPES

PRIORITTÁ PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI Contratado

Testemunh	as:	
1-		
CPF:		
2		
CPF.		

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO DE GOIAS ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1	Quant.: 1	Num: 063	8,45	Total: 50,70
Item: 1	Unidade: UNI	Marca: IODONTOSUL	Modelo:	
Descrição: AB	RIDOR DE BOCA C/2			
Quantidade: 6	Valor	Unit.: 8,45		Total Item: 50,70
OTE 17	Quant.: 1	Num: 040	14,14	Total: 70,70
Item: 1	Unidade: UNI	Marca: KAVO	Modelo:	
Descrição: BR	OCA CARBIDE FG 70	02		
Quantidade: 5 Valor Unit.: 14,14			Total Item: 70,70	
LOTE 42	Quant.: 1	Num: 022	10,45	Total: 125,40
Item: 1	Unidade: UNI	Marca: AAF	Modelo:	1
Descrição: CU	NHA ANATOMICA MA	ADEIRA SORTIDA C/100		
Quantidade: 12 Valor Unit.: 10,45			Total Item: 125,40	
LOTE 43	Quant.: 1	Num: 032	11,99	Total: 479,60
Item: 1	Unidade: UNI	Marca: ASFER	Modelo:	
Descrição: DE	SINFETANTE CLORO	RIO 2,5% 1LT		
Quantidade: 4	0 Valor	Unit.: 11,99		Total Item: 479,60
OTE 60	Quant.: 1	Num: 008	20,99	Total: 83,96
item: 1	Unidade: UNI	Marca: BIODINAMCIA	Modelo:	
Descrição: HE	MOLIQ 10ML - SOLU	ÇAO HEMOSTATICA		
Quantidade: 4	Valor	Unit.: 20,99		Total Item: 83,96
LOTE 85	Quant.: 1	Num: 031	5,53	Total: 132,72
Item: 1	Unidade: UNI	Marca: DIAMANTEC	Modelo:	
Descrição: TIF	RA ABRASIVA DE AC	O 4MM C/12		
Quantidade: 2	4 Valor	Unit.: 5,53		Total Item: 132,72
LOTE 86	Quant.: 1	Num: 005	6,57	Total: 157,68
Item: 1	Unidade: UNI	Marca: DIAMANTEC	Modelo:	
	RA ABRASIVA DE AC	O 6MM C/12		
Descrição: TIF				Total Itam: 157.60
Descrição: TIF Quantidade: 2		Unit.: 6,57		Total Item: 157,68
		Unit.: 6,57 Num: 034	7,15	Total: 57,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO DE GOIAS ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO

Quantidade: 8

Valor Unit.: 7,15

Total Item: 57,20

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.157,96